

A inclusão da diversidade pela lingua(gem): sujeito, escrita e conhecimento

p. 31 - 38

Adriana Aparecida Vaz da Costa¹

Resumo

A proposta do trabalho é apresentar alguns resultados da pesquisa de mestrado realizada, na qual buscamos analisar os processos de identificação do sujeito-índio e a produção de sentidos sobre o conhecimento, tendo em vista as práticas discursivas de inclusão indígena nas universidades paranaenses. O nosso material de análise constitui-se das redações produzidas por indígenas Kaingang na IV edição do Vestibular Específico Interinstitucional dos Povos Indígenas no Paraná (2005), meio pelo qual se dá a inclusão. Para tanto, nos inscrevemos na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso francesa, tal como desenvolvida por Pêcheux e Orlandi.

Palavras-chave: Conhecimento. Inclusão. Discurso.

The inclusion of the diversity by the language: subject, writing and knowledge

Abstract

The purpose of this study is to introduce some results of the master research accomplished, in which we analyzed the processes of identification of the subject-Indian and the production of senses about the knowledge, in view of the discursive practices of the inclusion of Indians in the universities of Parana. Our analysis material is consisted of compositions produced by indigenous Kaingang in the IV edition of the *Vestibular Específico Interinstitucional dos Povos Indígenas no Paraná* (2005), means that gives the inclusion. For this, we based in the theoretical-methodological perspective of French Discourse Analysis, as developed by Pêcheux and Orlandi.

Keywords: Knowledge. Inclusion. Discourse.

Considerações introdutórias

O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns dos resultados obtidos na pesquisa de mestrado, desenvolvida na Universidade Estadual de Maringá, que visava explicitar os processos de identificação do sujeito-índio e a produção de sentidos sobre o conhecimento, tendo em vista as práticas discursivas de inclusão que ocorrem no Paraná. Para tanto, nos

inscrevemos na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, tal como desenvolvida por Pêcheux (França) e Orlandi (Brasil). Inseridos nessa perspectiva teórica, passamos a pensar não mais o discurso sobre o índio, mas o discurso do índio e seus efeitos. Tendo em vista que os sujeitos constroem suas identidades afetados pelo simbólico, pelo ideológico e pelo lugar, estas, ao serem discursivizadas, não se constituem como uma unidade identitária, mas como efeitos de

¹ Doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Colaboradora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: drica.vaz2008@hotmail.com

identidade.

Considerando que o sujeito constrói seu dizer nas bases do imaginário com o qual se identifica, o imaginário que ele constrói sobre seu espaço e o espaço do outro tem por função sustentar os processos que vão da identificação à construção da identidade; e é somente por um trabalho de desarranjo/rearranjo desses processos que a identidade pode estar sempre em formação/transformação (PÊCHEUX, 1997). Em nossas reflexões, temos observado que este processo permite ao sujeito encontrar outros lugares de dizer, outros lugares de identificação, e não somente aqueles da identificação plena com a formação discursiva na qual se inscreve, o que lhe abrirá a possibilidade de um (re)colocar-se (PÊCHEUX, 1997) no processo de produção de sentidos sem que precise abandonar aqueles saberes que o constituíram e dos quais sempre fará uso em seu dizer. Desta posição, pensamos ser possível compreender que efeitos os processos de identificação produzem em termos de inclusão/exclusão do sujeito no âmbito da nacionalidade na relação com os saberes.

Delineando a pesquisa: o vestibular indígena do/no Paraná em questão

O processo de formação do Brasil como nação teve como um de seus princípios norteadores a construção de uma identidade nacional pautada no reconhecimento de uma diversidade étnico/cultural concreta. Pelas práticas discursivas aí instauradas, a mesma diversidade que foi apagada, em alguns momentos da história em detrimento de uma formação ideológica dominante (ocidental/cristã), é exaltada em outros momentos pela formação ideológica (a brasileira) que se configurava no processo de construção de uma identidade nacional. Se, na época, a questão era a construção de uma

unidade/identidade nacional, hoje a questão é discursivizada em torno da inclusão/exclusão dessa diversidade. Nesse movimento, tenso e contraditório, novos processos de identificação vão sendo produzidos para os sujeitos que representam essa diversidade na relação com o Estado. É nessas novas condições de nossa atual sociedade que se criam possibilidades para o Estado adotar políticas de ações afirmativas. A implementação de algumas políticas públicas que se apresentam como medida que visa a inclusão de grupos sociais e étnicos na chamada sociedade nacional, mobiliza discursos sobre identidade. Diante dessa conjuntura, as ações afirmativas se configuram, do ponto de vista discursivo, como um acontecimento histórico do qual decorrem vários acontecimentos discursivos. Entre estes situamos um acontecimento específico, o acontecimento discursivo da inclusão indígena, que se materializa no texto da lei estadual paranaense 13.134/2001.

At. 1º Em todos os processos de seleção para ingresso como aluno em curso superior ou nos chamados vestibulares, cada universidade instituída ou criada pelo Estado do Paraná deverá reservar 3(três) vagas para serem disputadas exclusivamente entre os índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses.

Desse acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2002) decorrem várias práticas discursivas que retomam o discurso da lei em seu dizer. Analisamos, portanto, algumas das práticas discursivas decorrentes do acontecimento discursivo da lei, visando explicitar a constituição/identificação do sujeito-índio Kaingang e a produção de sentidos sobre o conhecimento. Tomamos como material empírico as redações produzidas pelos Kaingang na IV edição do *Vestibular dos Povos Indígenas* (2005). Para a análise desse material, foi necessário mobilizar outros textos, que passaram também a constituir nosso *corpus*: o Manual do candidato, a Prova Oral, a Prova de Redação, redações de outras edições

do vestibular. Este procedimento funda-se no pressuposto de que é na relação entre essas diversas práticas discursivas que os sujeitos-índios se constituem como sujeitos de direito e instauram sentidos de inclusão e de conhecimento no contexto considerado.

Para compreender o processo discursivo que envolve a temática do conhecimento colocada, mobilizamos em nossa pesquisa noções de saber, poder, produção de conhecimento, língua, história, sujeito, condições de produção, acontecimento, discurso, práticas discursivas. Abrimos o trabalho com a questão do(s) saber(es), tentando compreender a construção do conhecimento em nossa forma de sociedade. Para tanto, explicitamos o quadro epistemológico da Análise do Discurso francesa, partindo do pressuposto de que falar dessa teoria é falar sobre o modo como se dá a construção de conhecimento sobre a linguagem, pensada numa perspectiva materialista. Nesta direção, enfrentamos dois desafios. Um primeiro: assumir que falar em produção de conhecimento, filiando-se a uma teoria como a AD, já é uma tomada de posição dentro da ordem do saber. Um outro desafio: lidar com esse pressuposto para descrever e interpretar o processo de produção de conhecimento textualizado nas redações de vestibular dos indígenas, construindo assim nosso dispositivo analítico que relaciona o real-simbólico-imaginário.

Com Foucault (1997, 1996, 1985, 1979) procuramos refletir a relação saber/poder - não há saber sem certo exercício de poder, e não há poder sem produção de saber. Trilhamos os caminhos da História para compreender como a História produz saber sobre o outro, a partir da Escrita da história, que toma a escrita como objeto de observação e o documento como lugar legitimado, e é pela escrita (historiográfica) que a História como ciência produzirá, em determinado momento, versões da história

que vão em determinada direção – os grandes períodos, os grandes nomes – apagando-se assim outras versões, como a dos povos denominados sem escrita. Observamos que, dessa perspectiva interpretativa, parece que na universidade o sujeito-índio não é significado como sujeito de saber. Nesse processo de identificação do sujeito-índio, que se instaura pela relação estabelecida na história entre os povos sem escrita e os povos com escrita, os excluídos de hoje eram os sem escrita de ontem.

Diante dessa problemática que nosso objeto nos coloca, refletimos então sobre a relação oralidade e escrita. Com base em Auroux (1992), vemos que, através do processo de gramatização, se construiu, no Brasil, um dos instrumentos de colonização/dominação dos povos indígenas e de seu saber, em que a escrita tem seu papel fundamental. Com Gallo (1995) buscamos compreender como a escrita vai se instituindo como saber legitimado e a escola/universidade como o lugar de legitimação do texto escrito. Há que se dizer ainda com Payer (2005) que escrita e oralidade são dimensões distintas da linguagem, são práticas discursivas com suas próprias condições de produção, seu modo de circulação, seus sujeitos, sua memória.

Em nossas reflexões sobre a escrita/oralidade, a partir do Vestibular Indígena, a escola/universidade vai se constituindo, imaginariamente, nos discursos textualizados nas redações dos candidatos indígenas, como lugar em que se ensina/aprende a falar corretamente. Assim, entrar na universidade seria, pois, um meio de o indígena aprender a falar, comunicar corretamente. Aqui vemos funcionar o discurso do sentido único e verdadeiro, isto é, há só um modo certo de falar/comunicar e este modo correto se adquire na escola/universidade.

O conhecimento construído na universidade abre portas para que a sociedade indígena

construa um presente melhor para as gerações futuras.

Podendo estudar junto com um não-índio sem sentir se envergonhado, **aprender a comunicar corretamente sem que sofra preconceito por não falar direito.**

Se, portanto, considerarmos que isso se produz no discurso indígena pela interpelação de uma forma-sujeito escolarizado construído nas bases da escrita/escola, podemos considerar que a universidade, ao naturalizar-se como lugar de produção e circulação de determinado conhecimento, se constitui, nessas novas condições de produção, como o lugar de legitimação de somente um tipo de conhecimento: a escrita ou a fala correta, fala que, pela formulação de Gallo (1995), representa o discurso da escrita. E, deste lugar de interpretação, o índio, para ser incluído na universidade, deve se inscrever identitariamente como sujeito da escrita; sua posição como sujeito da oralidade (índigena) é apagada no processo de produção de um sujeito do conhecimento. Conforme Pêcheux (2004), a questão da língua é uma questão de Estado, uma política de invasão, de absorção e anulação das diferenças (cf.37). Numa formação social jurídica, tornar-se cidadão é se “[...] libertar dos particularismos históricos: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus ‘preconceitos’ e sua língua materna. (Pêcheux, 2004: 37).

Mesmo na prova oral, que se constitui como uma das provas do Vestibular indígena, na qual supostamente um saber oral é cobrado/avaliado, é o texto escrito que está na base da avaliação. Consideramos, no entanto, que como política linguística, a oralidade ganha um espaço no Vestibular Indígena, mesmo que contraditório. Arriscamos dizer ainda que o modo como a prova oral funciona assenta-se sob o efeito de que a oralidade das línguas de tradição oral é igual a das línguas de tradição escrita.

O acontecimento discursivo da inclusão, materializada na forma de lei estadual, instaura, ainda, outra relação: a relação entre o local (Paraná) e o nacional (Brasil) – que mobiliza os sentidos sobre unidade e diversidade. Nesse movimento de sentidos e de seus efeitos, há desdobramentos: tanto pela mudança na nomeação do vestibular quanto pela própria nomeação das línguas. Tomamos para essa reflexão o enunciado do/no Paraná, que explicita pela linguagem a mudança de critério de inclusão ocorrida a partir da adesão da Universidade Federal do Paraná ao vestibular a partir de 2004. O vestibular que foi designado primeiramente como “Vestibular dos Povos Indígenas **do** Paraná” (por ser destinado somente aos indígenas residentes no território paranaense), com a adesão da UFPR a essa política de inclusão possibilitou a todos os indígenas do Brasil sua participação nesse processo e novas práticas discursivas foram sendo produzidas, dentre elas, a mudança no nome do vestibular, que passou a ser designado: “Vestibular dos Povos Indígenas **no** Paraná”.

A substituição da preposição **do** para **no**, do ponto de vista discursivo, mobiliza as identidades e (re)organiza os sujeitos a serem considerados excluídos/incluídos. Enquanto o **do** convoca sentidos de poder/política instaurado por um espaço da ordem do jurídico local (dos direitos à escola, à identidade, aos seus costumes), o **no** institui sentidos para o sujeito pela dimensão da temporalidade: a de hoje em relação à do passado). Essa mudança constitui também um modo de interpelação. Pudemos compreender essa mudança de discursividades pela mudança de nomeação pelo modo como esse fato se materializou em alguns enunciados produzidos em duas outras edições do vestibular: uma anterior à adesão da UFPR e outra posterior à sua adesão.

Antes

1. No entanto, é preciso, mudar algumas coisas, a mais, por parte das autoridades. No que diz respeito ao direito de cada índio do Paraná.
2. Os índios do Paraná vivem de maneira um pouco diferente de seus costumes...
3. Os índios Paranaenses começam a enxergar uma luz no fim do túnel.

Depois

4. Hoje, a sociedade indígena brasileira está tendo uma grande oportunidade de mostrar seus conhecimentos.
5. a importância deste conhecimento de indígenas nas universidades é uma longa batalha do índio brasileiro.
6. Os índios no Brasil, estavam aumentando para-se realizar a coisa do passado, e ainda estão se transformando a cada vez mais.

No vestibular indígena há procedimentos de inclusão, há regras a seguir para que o indígena seja incluído na universidade. Se, por um lado, as políticas de ações afirmativas atuam no sentido de controlar a exclusão e a desigualdade, por outro lado, o vestibular indígena engendra um movimento contraditório, que atua no sentido de controlar a própria inclusão. Isto quer dizer que nem todos serão incluídos, mesmo porque o número de inscritos é superior ao número de vagas. Assim, a luta pela inclusão torna-se uma luta interna entre iguais, entre membros de um mesmo grupo e aqueles que melhor dominarem os saberes apresentados como necessários para a inclusão. Esses saberes estão representados pelas seguintes provas:

Prova de Língua Portuguesa Oral; Prova de Língua Portuguesa Redação, Prova Língua Portuguesa Interpretação (2006); Prova de Língua Estrangeira Moderna (Espanhol ou Inglês) e Prova de Língua Indígena (Kaingang ou Guarani); Prova de Conhecimentos Gerais – História, Geografia, Matemática, Biologia, Física e Química.

Se o indígena precisa dominar os saberes construídos pelo ocidente (aqueles supostamente aprendidos no Ensino Médio regular) para ser incluído, e, ainda, um suposto saber de sua própria sociedade (pela Prova Oral e Indígena), após ser incluído, observamos que o saber das

sociedades indígenas, que as constituem como diferença, passa a ser deslegitimado. A partir dessa constatação, outra pergunta se impõe para nós: como, da perspectiva indígena, esses saberes necessários para a inclusão seriam significados no processo de permanência ou formação?

Inclusão pela escrita: a produção de sentidos sobre o conhecimento na prova de redação

Tomando agora para análise a Prova de Redação como uma das condições imediatas de produção do discurso indígena Kaingang, em nossa pesquisa procuramos observar de que modo ele se inscreve pela escrita na posição de sujeito-candidato. Consideramos primeiramente que ele produzirá seu texto a partir do imaginário que tem sobre o tipo de texto solicitado, do tema, dos textos de apoio, do número de linhas determinadas, para se atingir determinados fins como sujeito pragmático: ser aprovado. No vestibular em que analisamos, o tema da prova de redação foi apresentado da seguinte forma:

Qual a importância do conhecimento construído na universidade para as sociedades indígenas brasileiras hoje?

Formulamos essa problemática concebendo que o enunciado tema trabalha com o pré-construído de que o conhecimento construído na universidade é importante para as sociedades indígenas. Sua formulação como pergunta interpela o indivíduo em um sujeito respondente que não pode negar o pré-construído sustentado pela memória ocidental. E esta interpelação, em sua ausência/presença, determinará a escrita indígena. Se, de um lado, o conhecimento atua como referente dominante na prova de redação, de outro lado, considerando as condições sócio-históricas que caracterizam o processo de inclusão/exclusão, o modo como o conhecimento

se textualiza pela escrita indígena produz um saber sobre como o conhecimento está significando. Nesse sentido, se há um imaginário de conhecimento sendo construído pelo/no discurso indígena Kaingang, ele passa pela escrita, a partir do modo de identificação/subjetivação do sujeito no contexto de inclusão.

Nas redações, os sentidos sobre o conhecimento vão se materializando de diversas maneiras, uma delas se dá pela metáfora da luta, sentido organizado pela presença de uma rede parafrástica que tem como eixo a relação conhecimento/arma.

Se, antes dessa política de inclusão, os elementos mobilizados na luta eram objetos concretos (armas, combate físico, ataques, defesas) que representam a luta como material; hoje, os discursos produzidos pelos Kaingang no vestibular deslocam a luta para o campo do simbólico. A luta é algo que se dá na/pela linguagem, pela escrita. O deslocamento é marcado pelo funcionamento da palavra luta em sua forma nominal e verbal (luta/lutar) produzindo deslocamentos: lutar contra alguém se desloca para lutar por/para alguma coisa.

A partir da identificação com a forma-sujeito de direito, em que o conhecimento é para todos (a universidade é para todos), a metáfora da luta funciona pela injunção à discursividade jurídica – todos temos o direito de lutar:

lutar pelos nossos direitos
lutar por um futuro digno
lutar para conseguir o melhor
lutar pela cultura
lutar por uma vaga
lutar para se formar

O sentido produzido sobre o conhecimento construído na universidade vai significando também, no discurso indígena, como um conhecimento a mais, como um novo conhecimento, o que trabalha com o sentido de que o índio também possui conhecimento.

O a mais trabalha com o efeito de excesso (Orlandi), de soma, como posição diferente do discurso ocidental no período colonial, em que a questão não era somar modos e formas, tipos de conhecimentos diferentes, mas substituir aquilo que o ocidental não considerava como conhecimento (substituir a cultura do índio pelo que imaginariamente eles consideravam, na evidência dos sentidos da formação discursiva que os recobria, como o conhecimento).

“o índio hoje ganha um espaço a mais nas universidades portanto, amplia sua visão de vé o mundo com um olhar mais distante. O índio ganha uma experiência e sabedoria a mais em universidade, por é neste lugar que ele se senti mais valorizado e pretende levar esses conhecimentos aos seus povos”.

“A universidade nunca vai trazer o que já aprendemos, mas sim só trará novos conhecimentos, e por isso temos que chegar-lá, para depois passar esses conhecimentos para as pessoas de nossa aldeia”.

Na discursividade das redações duas posições são instauradas em relação ao conhecimento: uma indígena, o conhecimento é significado como natural, social, coletivo em relação à memória de um passado; outra ocidental, na qual o conhecimento significa, na relação com o presente, como da ordem do científico e do institucional. Se de um lado, a universidade vai significando em nossa forma de sociedade como lugar de produção de conhecimento científico, construído sob as bases do saber ocidental, de outro lado, vemos se presentificar, no discurso indígena, um tipo de conhecimento construído sob as bases do saber indígena, no qual o conhecimento indígena vai significando como cultura, construção natural e social, e é predicado como valioso, amplo, diferente.

Podemos ver a relação conhecimento científico *versus* conhecimento natural; uma relação que parece naturalizar o conhecimento ocidental como conhecimento que se constrói na universidade sob as bases do saber científico, enquanto o conhecimento indígena parece

naturalizar-se como um conhecimento que se constrói na cultura, na sociedade sob as bases de um saber natural. Diríamos que essa diferença constitui-se como fator de exclusão do índio, pois o ocidente, enquanto sociedade dominante, legitima outro conhecimento.

A materialização conhecimento do branco retoma uma memória ocidental em que esse conhecimento significa, se subjetiva diferentemente no discurso indígena; pela atualização/retomada dessa memória, o discurso indígena desloca o sentido ocidental, pois ao designar “o conhecimento do homem branco agora está disponível”, há a retomada de uma memória discursiva para transformá-la: a memória de um passado em que ao índio era interdito o acesso ao conhecimento do branco; e a memória de um passado em que o conhecimento indígena, da perspectiva indígena, sempre foi considerado conhecimento, posição esta que reconhece que há outro tipo de conhecimento, de outro povo, outra cultura. Neste modo de inscrição do sujeito, o sentido de conhecimento, ao ser predicado como do branco, resignifica o próprio sentido de conhecimento, como lugar inquestionável da forma-sujeito ocidental. Neste jogo de sentidos, que é de relação entre duas posições, o imaginário cristalizado sobre o que é conhecimento e sobre o que é o índio, começa a desestabilizar a forma-sujeito universal. Poderíamos dizer que este sujeito se encontra naquilo que Pêcheux (1997) chama de segunda modalidade de subjetivação, pois presentifica discursos que colocam em xeque os sentidos de uma formação discursiva que o domina, mas não a anula, pois o faz no interior desta discursividade.

As práticas discursivas pelas quais se produz um lugar de identificação para o sujeito se configuram também pela retomada da memória das relações entre índios e brancos. O sentido é produzido pelo modo de inscrição do sujeito em

relação ao outros (o nós dos índios *versus* o eles do branco). Nos enunciados analisados, o passado funciona como o eterno, o fundante histórico do índio (o nos materializa o sentido que se configura da posição-sujeito índio, pelas formas lutaram, utilizaram aqui: os índios já/sempre estiveram ali/no Brasil).

lutaram durante quinhentos anos,
sempre se utilizaram
quando aqui chegaram os colonizadores

Por outro lado, vemos outro feixe de sentido, trabalhando antagonicamente outra posição-sujeito, pela formação discursiva do branco/ocidental:

“quinhentos e cinco anos completa hoje da descoberta e da existência dos Povos indígenas no Brasil”.

Desse lugar enunciativo, o índio foi descoberto nesse momento de contato, sentido que se materializa pela forma descoberta. Mas, há um furo: o que significa esse acréscimo no enunciado: e da existência. Deslocamentos que desestabilizam sentidos e sujeitos.

Finalizando: se, por um lado, pensamos que o acontecimento discursivo da inclusão vem operando um apagamento dos saberes da cultura indígena, pelo modo como os saberes de tradição escrita foram legitimados a interpretar a diversidade como o outro na história; por outro lado, esse acontecimento discursivo vai criando também possibilidades de novas práticas discursivas que se produzem por esses mesmos saberes representados na forma de escrita. Esse modo de inscrição/subjetivação do sujeito-índio, observado pela materialidade das redações, ao mobilizar a relação entre o presente e uma memória, instauram uma possibilidade de construção de um novo lugar de identificação para o sujeito-índio e um novo sentido para seus saberes: um lugar em processo.

Referências

- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.
- CERTEAU, M. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Unversitária, 1982.
- DE NARDI, F. S. Identidade, memória e os modos de subjetivação. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. (org) **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- ECKERT-HOFF, B. M. (Re)buscando Pêcheux: algumas reflexões in-certas. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. (org) **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- _____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GADET, F; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004.
- GALLO, S. L. **Discurso da escrita e ensino**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.
- MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução de Eni P. Orlandi. São Paulo: Pontes, 2003.
- ORLANDI, E. P. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez; UNICAMP, 1990.
- PAYER, M. O. Processos de identificação sujeito/ língua. Ensino, língua nacional e língua materna. In: ORLANDI, Eni P. **Política linguística no Brasil**. 2007.
- _____. Discurso, memória e oralidade. In: **Revista Horizontes**, USF, V.32. n. 1, São Paulo, 2005.
- PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni. P. Orlandi (*et. al*). 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.
- _____. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP, 1993.
- RANCIÈRE, J. **Os nomes da História: um ensaio de poética do saber**. Tradução Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi. São Paulo: EDUC/ Pontes, 1994.

Artigo enviado em: 23/05/2012

Aceite em: 05/06/2012